
RECENSÕES

Récita do Liceu: O liceu Rodrigues de Freitas/D. Manuel II no Estado Novo

Correia, Luís Grosso (2016). *Récita do Liceu: O liceu Rodrigues de Freitas/D. Manuel II no Estado Novo*. Lisboa: Edições Colibri & Agrupamento de Escolas Rodrigues de Freitas.

O livro que se irá comentar, ainda que brevemente, e que surge como um dos elementos de uma comemoração dos 175 anos do «Liceu Nacional do Porto», resulta de uma tese de doutoramento. Trata-se de uma boa tese, com todos os habituais «ingredientes» de um trabalho deste tipo, apesar de algumas transgressões que, aliás, tornam o livro muito estimulante. Estes ingredientes são os que estão, geralmente, presentes numa dissertação, embora o autor tenha (infelizmente) omitido nesta versão do seu texto os anexos a que, seria muito interessante, aceder. De facto, o livro (para além do «Prefácio» e «Nota de Abertura») começa muito tradicionalmente pela «Introdução», a que se segue a referência à «Problemática» e ao «Quadro Teórico-Metodológico». Indica «Fontes» e «Técnicas», como é habitual fazer-se num trabalho de dissertação nesta área. Também na linha do que tradicionalmente se exige e encontra em textos de pesquisa, pode referir-se, por exemplo, ser bem evidente que todas as afirmações, todas as descrições nunca são feitas gratuitamente. Todas estão apoiadas por dados obtidos na consulta de documentos diversos, na leitura de

legislação, de atas, de entrevistas, de depoimentos de diferentes pessoas que ocuparam diversos cargos ou desempenharam papéis significativos no Rodrigues de Freitas. Luís Grosso procura adotar, geralmente, uma forma de se expressar distanciada, mesmo objetiva. Por exemplo (e só a título de exemplo), quando, muito «positivisticamente», no texto «Ofício do Magistério», se refere à qualidade dos professores do Rodrigues de Freitas, ele lista como sendo indicadores desta o número de publicações científicas/literárias produzidas por estes (manuais, trabalhos de investigação científica, dicionários, estudos monográficos, reflexão pedagógica) (p. 271). Mas logo surgem as referidas «transgressões» ao modelo mais habitual, que é, habitualmente, mais sisudo, deste tipo de trabalho, e que são transgressões que se considera muito o valorizarem. Este é, por exemplo, o caso de alguns criativos títulos que o autor usou, como acontece no capítulo de enquadramento teórico, a que já me referi, e que é por ele designado de «orquestração».

Disto é também exemplo o modo como inicia cada capítulo, transcrevendo, por exemplo, uma frase de

diferentes origens, um poema, um documento, que por vezes, ironicamente, simboliza e sublinha o «clima» do que será tratado no texto que se segue. É o caso do capítulo III relativo aos edifícios onde funcionou o «liceu», que começa, desta vez, não como uma frase ou poema, mas como reprodução fotográfica de uma placa afixada na fachada central da escola e que explica tratar-se este de um «edifício concluído sob Governo da Ditadura Nacional». Já o capítulo VI, a que o autor deu o simbólico título de «O lírio e o canivete: Ordem e indisciplina», começa com o belo poema de Natália Correia, que contém simbolicamente muitas denúncias.

Pelo interesse de que se reveste, este comentário irá deter-se, um pouco mais, sobre o capítulo V, que é relativo ao Liceu Normal.

Para os mais novos será talvez importante esclarecer que os Liceus Normais eram as instituições organizadas para proceder à formação e certificação dos professores de ensino secundário. Em todo o país havia, nessa época, só três liceus normais: o Liceu Normal Pedro Nunes em Lisboa, o Liceu Normal D. João III em Coimbra e o Liceu Normal D. Manuel II no Porto. Naquela altura, se se tinha uma licenciatura, podia-se tentar aceder ao Estágio, porta de entrada para uma carreira que era, note-se, mal remunerada e de progressão difícil. Este Estágio tinha a duração de dois anos. Pagavam-se propinas e os professores, porque se considerava que estavam em formação, não tinham o direito de receber qualquer remuneração. O exame de admissão, que, note-se, incidia sobre matérias que não eram indicadas ou limitadas por qualquer currículo pré-estabelecido, era extremamente seletivo. No primeiro ano, assistia-se a aulas dadas pelo metodólogo; no segundo ano, os estagiários davam aulas nas turmas desse metodólogo. Tratava-se portanto de um processo de formação sequencial com características de tipo funcionalista.

A certa altura, quando se praticava este modelo de formação de professores, que, como já anteriormente

referi, era muito seletivo, ocorreram situações curiosas, que hoje podemos ver quase como anedóticas. São disto exemplo as medidas que foram tomadas relativamente ao acesso à carreira por professores e professoras. Luís Grosso, no seu trabalho, aborda, com uma «conveniente» neutralidade, este «problema» com que se deparava o então ensino secundário e que consistia na «falta de professores do sexo masculino». Este facto, como se afirmava no próprio Decreto-Lei nº 4080 de 1956, «levou à preponderância de senhoras nos corpos docentes dos liceus dos rapazes, o que se considera menos conveniente para a educação destes» (p. 290). Para solucionar tal «problema» sentido como grave, determinou-se que o número máximo de vagas de acesso ao Estágio Pedagógico passaria a ser, em cada disciplina, de quatro homens e só de duas «senhoras» e prevendo-se até a admissão de candidatos do sexo masculino sem que tivessem sequer de passar pelo exame de admissão. Eles podiam mesmo entrar diretamente para o 2º ano de estágio, desde que tivessem quatro anos de experiência docente com boa classificação (!). Quanto às candidatas à profissão docente, essas teriam de fazer o tal muito difícil exame de admissão e teriam de frequentar dois anos de Estágio Pedagógico. Finalmente, todos os estagiários eram submetidos ao temível Exame de Estado que se desenrolava ao longo de dois dias, com um júri constituído também por professores universitários e em que, para além de diferentes provas, se «tirava à sorte» o tema de uma lição, assistida pelo júri, que era um dos momentos mais importantes deste exame.

Luís Grosso descreve muito bem o clima que existia em todo o funcionamento de estágios e dos jogos de poder que sobre eles se faziam sentir, bem como do próprio liceu que estava (e tinha de estar), aliás, em concordância com o clima disciplinador reinante no país. Fá-lo de uma forma extremamente hábil, sempre muito documentada, mas que se poderia classificar de «pseudoneutralidade». Recorrendo, por exemplo, a citações extraídas de documentos ou de afirmações

obtidas em entrevistas, a frases curtas, a excertos de atas, conseguiu subtilmente recrear o clima reinante, cujas características eram sobretudo relacionadas com as condições políticas de então. Cita, por exemplo, uma frase colhida numa entrevista feita a José Mário Branco em que descreve o Liceu daquela época como sendo um local onde se sentia «falta de ar para respirar, o medo, a contenção permanente dos impulsos das energias» (pp. 395-396). As perseguições políticas frequentes na época são subtilmente lembradas, por exemplo, referindo-se (quase *en passant*) à «prisão, mais uma vez, desta feita por um período curto do Prof. Óscar Lopes» (p. 394). Uma frase tão pequena que diz tanto! O Professor Óscar Lopes preso, mas «desta feita por um período curto». Usa também, por exemplo, uma frase de um texto de Rui Grácio para iniciar o capítulo VI em que é citada uma frase de Salazar. O então «Chefe da Nação» afirma ser «a vontade de obedecer, única escola para aprender a mandar» (p. 329).

Na mesma linha, note-se como, com pequenas pinceladas dispersas, consegue, em diferentes momentos do texto, descrever, por exemplo, o tipo de atuação do reitor Elísio Vieira. Luís Grosso refere-o num dado momento do seu texto como sendo «um reitor dos duros» (p. 340). Noutro momento socorre-se do Relatório do Liceu 67/68 para dizer que ele tinha sido nomeado «para pôr fim aos desmandos da disciplina escolar» (p. 394). Note-se que com «desmandos» se estavam a referir a uma certa agitação estudantil que, nesta altura, se começava a fazer sentir na academia, mesmo já no ensino secundário. Elísio Vieira era um reitor que, nas palavras de um outro reitor, Cássio (que também foi entrevistado para esta tese), e que, aliás, foi seu protegido, visava a «vigilância e manutenção da ordem ideológico-política dentro do liceu». Aqui e ali vai, portanto, hábil e subtilmente, compondo o quadro

de «violência simbólica» que formatava a organização e funcionamento do Liceu de então.

A par disto, será interessante notar um aspeto muito significativo, e que é a forma explicitamente sempre muito respeitosa com que o autor se refere a outros professores, nomeadamente Óscar Lopes, Augusto Medina ou Fins do Lago. É importante notar que estes eram professores que, reconhecidamente, não alinhavam com o clima político repressivo então reinante. Repare-se, no entanto, que todo este livro é construído por meio de um discurso que, como disse atrás, é aparentemente neutral, descritivo, distanciado, muito bem fundamentado, que se desenvolve ao longo desta «Récita» sobre um liceu onde tanto de significativo aconteceu em Portugal no campo educativo.

Trata-se, de facto, de um liceu que pode ser considerado uma instituição simbolicamente representativa da educação de então, responsável por tantos acontecimentos educativos, um liceu de referência, um liceu de todos nós, mas onde, pessoal e profissionalmente, cresci, sobretudo graças ao meu orientador de estágio, o Dr. Medina.

Parabéns, Professor Luís Grosso, sobretudo por permitir aos leitores acederem a factos escondidos muito «para além da fachada», como diria Sedas Nunes, uma fachada de uma instituição que foi e é tão significativa. E parabéns por conseguir fazê-lo num texto que, embora erudito, é de leitura acessível mesmo a não historiadores, um livro que, realmente, nos ajuda a ver alguns aspetos da educação para além das aparências, que nos proporciona acesso a conhecimentos importantes e momentos de uma leitura interessante, clara e estimulante.

Luíza Cortesão

CIIE – Centro de Investigação e Intervenção
Educativas, Faculdade de Psicologia e de Ciências da
Educação da Universidade do Porto